



GT 04 – Conflitos Urbanos, Violência e Direito à Cidade

CIDADES MILITARIZADAS: DA PALESTINA À MARÉ

Mariana Kauchakje¹
Rodrigo José Firmino²

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho discorre sobre a pesquisa³ de padrões de operações militares em territórios urbanos configurando-os como tecnopolíticas transterritoriais de controle e repressão, interrogando em que medida tais práticas atuam como formas de ordenamento e planejamento urbano. Comparou-se dois contextos culturais e geograficamente diversos mas taticamente aproximados, marcados pela violência estatal e segregação espacial: o conjunto de favelas da Maré (Rio de Janeiro, Brasil) e os Territórios Palestinos Ocupados (TPO), com ênfase em Jerusalém Oriental. A comparação é sustentada por um arcabouço teórico que articula colonialismo, lógica de guerra e urbicídio – conceito que descreve a destruição deliberada de tecidos urbanos como estratégia política e tática de guerra (Graham, 2004; Mendonça, 2021). Adotou-se abordagem qualitativa que combina revisão da literatura sobre colonialismo, militarização e direito à cidade; análise de conteúdo de documentos oficiais, relatórios de agências da ONU, da Anistia Internacional, laboratórios de pesquisa, geração cidadã de dados, notícias, e análise geoespacial de dados.

Propõe-se compreender como a militarização das cidades não é apenas efeito colateral da violência urbana, mas é estruturante da gestão dos territórios. A militarização funciona, aqui, como um dispositivo de controle cotidiano (físico, simbólico e tecnológico) e como instrumento de produção de uma cartografia da exclusão, dirigida a corpos racializados e espaços considerados “ameaças”. A hipótese é que há um planejamento urbano ancorado na guerra e na colonialidade que conecta os territórios da Maré e de Jerusalém Oriental, tanto em seus processos de violência quanto nas formas de resistência que mobilizam. Ao ativar o conceito de “tecnopolíticas transterritoriais”, contribui-se para uma epistemologia crítica da cidade militarizada, revelando conexões entre práticas coloniais e tecnologias de vigilância impostas por regimes de poder necropolítico.

¹Mestra e Doutoranda em Gestão Urbana, Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, kauchakje.mariana@gmail.com.

²Doutor em Planejamento Urbano e Regional, Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, Professor, rodrigo.firmino@pucpr.br

³ Pesquisa desenvolvida com apoio do CNPq (bolsa de mestrado).



O texto está organizado em 3 itens, além desta introdução: o primeiro apresenta os resultados e discussão, seguido pelas considerações finais.

2 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Na pesquisa identificou-se o entrelaçamento entre militarização e instrumentos de gestão urbana em ambos os territórios. Evidencia-se a tecnopolítica como fator de ordenamento territorial, além de práticas de criminalização e de resistência. Compreender como a lógica de guerra se inscreve na configuração dos espaços é construir uma genealogia do controle e das práticas que persistem e se aprofundam.

2.1 Padrões comuns de controle territorial

Nos TPO a ocupação israelense opera por meio de demolições sistemáticas, remoções forçadas, construção de assentamentos ilegais, muros de segregação e postos de controle militarizados, caracterizando o *urbicídio* como política de Estado. Dados geoespaciais revelam que 80% das demolições (OCHA, 2009-2024) concentram-se em áreas estratégicas para anexação, como Jerusalém Oriental e campos de refugiados (Jenin). Esses dados, articulados aos registros sobre o número de colonos em assentamentos ilegais em Jerusalém Oriental entre 1989 a 2007, revelam a persistência de uma política territorial de longa duração, voltada à fragmentação e substituição populacional. Por sua vez, na Maré (RJ) operações policiais ditas "pacificadoras" reproduzem táticas de controle populacional por meio de instrumentos como cercamento territorial, monitoramento de circulação de moradores por postos de controle, invasões domiciliares e destruição seletiva de infraestruturas comunitárias. O *urbicídio* manifesta-se como prática estatal de punição desproporcional à moradores de favelas e à população negra. Tais formas de controle não ocorrem de maneira difusa, mas são seletivamente aplicadas a corpos racializados e territórios vulnerabilizados. Esses espaços são convertidos em zonas de exceção permanente, onde os direitos civis são suspensos em nome da "segurança" e da "ordem". O necropoder se estabelece por meio da diferenciação dos que devem viver e dos que podem morrer (Mbembe, 2018), operando sobre a vida urbana com a legitimidade de um aparato securitário que se disfarça de política pública.

Além disso, os paralelos observados entre os casos indicam um fluxo internacional de técnicas e equipamentos de repressão. O intercâmbio entre Brasil e Israel, com a importação de armas, drones e sistemas de vigilância, reforça a ideia de uma militarização transnacionalizada, na qual a Maré se torna laboratório de aplicação de dispositivos testados



em territórios palestinos. A circulação de tecnologias de controle evidencia como o mercado global da segurança alimenta e atualiza os dispositivos de opressão.

2.2 Tecnopólicas como ordenamento urbano

A militarização dos espaços urbanos atua como mecanismo de conformação territorial baseado na vigilância, na fragmentação e no cerceamento da mobilidade. Nos TPO, muros e checkpoints impõem restrições severas à circulação; na Maré, câmeras de vigilância, drones e operações integradas como as das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) modulam o acesso e o uso de territórios e serviços públicos como escolas e unidades de saúde. Esses dispositivos de controle não são neutros ou aleatórios. Ao contrário, respondem a interesses específicos de classe e raça, funcionando como instrumentos para a imposição de projetos de expulsão territorial. Em ambos os casos analisados, a destruição urbana favorece estratégias de "higienização": nos TPO, voltadas à expansão de assentamentos judaicos; na Maré, articuladas à especulação imobiliária e ao discurso securitário que classifica determinadas áreas como "zonas de risco".

A tecnopolítica emerge como força ordenadora-discursiva, material e simbólica, que redefine os contornos da cidade a partir da gestão do medo e da ameaça. Trata-se de uma política de gestão da vida e da morte que modula o acesso ao espaço urbano por meio de dispositivos algorítmicos, arquitetônicos e jurídicos. Assim a tecnopolítica realiza uma cartografia da exclusão que sustenta regimes de governança autoritária e racializada.

2.3 Criminalização e resistência

O processo colonial, dá vazão à construção de um "outro" que vive à margem da sociedade desejada. Tal diferenciação coloca os sujeitos que ocupam determinados lugares na posição de não pertencente (Mbembe, 2018), e pode ser percebida como parte da experiência vivida nas cidades por Palestinos e moradores de favelas. A tipificação de determinados corpos, grupos sociais e territórios como "ameaças demográficas" ou "inimigos internos", pode fabricar consentimento para violência institucional sobre esses territórios. Nos TPO, o extermínio é legitimado pela narrativa da "bomba demográfica" (Barreñada, Abu-Tarbush 2023); no Rio, pela guerra às drogas, mas, em ambos os territórios, a racialização do outro é elemento fundamental desse processo.

Uma vez que as estratégias de controle seguem a lógica da militarização dos espaços urbanos, as lógicas de resistência e mobilização contra as violações de direitos também encontram ecos. As comunidades articulam ciberativismo (mapeamento de violações e



divulgação das ações), grupos de resistência e geração cidadã de dados para contrapor narrativas hegemônicas, práticas de arquitetura forense e alianças transnacionais contra a militarização. Na Maré, por exemplo, iniciativas como o "Boletim Direito à Segurança Pública na Maré" - Redes da Maré, documentam os impactos de operações policiais na vida cotidiana dos moradores, denunciam a suspensão de serviços públicos e a violação de direitos e funcionam como contra-dispositivos à narrativa oficial de segurança. Já nos TPO, destacam-se ações como o Forensic Architecture, que aplica métodos de análise espacial e reconstrução digital para denunciar demolições ilegais, ataques armados e o uso de tecnologias biométricas de vigilância.

Estas formas de resistência articulam saber técnico e denúncia política, ampliando a visibilidade internacional sobre os crimes de Estado, não apenas construindo memória coletiva das violações, mas também reconfigurando as comunidades como produtoras de conhecimento, geração cidadã de dados e da autodeterminação territorial.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstra que a militarização de territórios urbanos é um projeto político de gestão espacial que reconfigura paisagens urbanas via destruição seletiva (urbicídio). O levantamento teórico aponta semelhanças no desenvolvimento territorial da Maré e de Jerusalém Oriental enfatizando a continuidade de lógicas coloniais como, também, do uso de medidas coercitivas de despossessão e o avanço de aparatos tecnopolíticos que operam incisiva e sistematicamente sobre determinados corpos e territórios. Os achados reforçam a importância de estratégias de justiça espacial que articulem redistribuição, reparação e reconhecimento, confrontando a naturalização da violência estatal. Como afirmava SAID (1979), a experiência palestina na mão do regime sionista e a dos povos racializados latinoamericanos se encontram em coincidências inconfundíveis, revelando que a violência urbana não é apenas sintoma da crise das cidades, mas expressão de projetos de poder que operam por meio da guerra assimétrica e da militarização seletiva.

Neste sentido, a cidade deixa de ser apenas cenário e torna-se arma: planejada, ocupada e gerida sob a lógica da exceção, onde o "outro" é transformado em alvo. A análise comparada entre Maré e Jerusalém Oriental contribui para a construção de uma epistemologia da cidade militarizada que reconhece os vínculos entre colonialismo, tecnopolítica e violência urbana, e que se ancora na escuta e na valorização das práticas contra-hegemônicas produzidas nos territórios em luta.



REFERÊNCIAS

BARREÑADA, Isaias; ABU-TARBUSH, José. Palestina: **De los acuerdos de Oslo al apartheid**. Los Libros De La Catarata, 2023

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas: O novo urbanismo militar**. Boitempo, 2016.

HUBERMAN, Bruno. **A colonização neoliberal de Jerusalém após Oslo: desenvolvimento, pacificação e resistência em Palestina/Israel**. PUC-SP, 2020

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018

MENDONÇA, Márcio José. **Urbicídio no Rio de Janeiro**. *GEOgraphia*, v.23, n.50, 2021.

OCHA. **HDX HAPI Data for State of Palestine**. 2024. <https://data.humdata.org/dataset/hdx-hapi-pse>.

SAID, Edward Wadie. **.Zionism from the Standpoint of Its Victims**. *Social Text*, (1), 7, 1979

WEIZMAN, EYAL. **Walking Through Walls**. Mute, 2019.